

RAÍZES E FRUTOS: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E SUA RELEVÂNCIA NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Sandra Maria de Souza

Professora efetiva da rede estadual, Boa Vista- Roraima. Professora Orientadora na Escola Estadual Monteiro Lobato-SEED-RR.

Universidade da Amazônia-UNAMA.

<https://lattes.cnpq.br/3981175385689700>

E-mail: sandrasouza.orientacao@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-32>

RESUMO: Esta revisão bibliográfica traça a evolução histórica da educação socioemocional, desde suas raízes teóricas no século XX até sua consolidação como política pública no Brasil. Analisamos contribuições de teóricos como John Dewey, Howard Gardner e Daniel Goleman, além de programas pioneiros como o PATHS e o CASEL, que estruturaram diretrizes globais. No contexto brasileiro, destacamos o papel do casal Del Prette e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na integração de competências socioemocionais ao currículo escolar. A revisão evidencia que, embora desafios como a falta de formação docente persistam, a educação socioemocional é crucial para reduzir evasão, melhorar o desempenho acadêmico e promover equidade em um país marcado por desigualdades. Conclui-se que investir nessa abordagem não é apenas pedagógico, mas um imperativo social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Socioemocional. Competências Socioemocionais. BNCC. Del Prette. Políticas Educacionais.

ROOTS AND FRUITS: THE HISTORICAL TRAJECTORY OF SOCIO- EMOTIONAL EDUCATION AND ITS RELEVANCE IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SCENARIO

ABSTRACT: This bibliographic review outlines the historical evolution of socioemotional education, from its theoretical roots in the 20th century to its consolidation as public policy in Brazil. We analyze contributions from theorists such as John Dewey, Howard Gardner, and Daniel Goleman, as well as pioneering programs like PATHS and CASEL, which established global guidelines. In the Brazilian context, we highlight the role of Del Prette's work and the National Common Curricular Base (BNCC) in integrating socioemotional skills into school curricula. The review shows that, although challenges such as teacher training gaps persist, socioemotional education is crucial to reducing dropout rates, improving academic performance, and promoting equity in a country marked by inequalities. We conclude that investing in this approach is not only pedagogical but a social imperative.

KEYWORDS: Socioemotional Education. Socioemotional Skills. BNCC. Del Prette. Educational Policies.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea enfrenta o desafio de preparar indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade. Nesse contexto, as competências socioemocionais emergem como eixos fundamentais, capazes de articular cognição, emoção e ética. No Brasil, onde desigualdades estruturais impactam diretamente o acesso à educação de qualidade, a integração dessas habilidades ao currículo escolar tornou-se uma prioridade, especialmente após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017.

Esta revisão bibliográfica busca mapear a trajetória histórica da educação socioemocional, desde suas origens filosóficas no século XX até sua formalização como política educacional no século XXI. Partindo de teóricos como Dewey e Gardner, passando por programas internacionais como o CASEL, e culminando em experiências locais como o Sistema de Habilidades Sociais (SHS) do casal Del Prette, o artigo demonstra como o trabalho socioemocional transcende modismos, consolidando-se como pilar para uma educação integral e inclusiva.

RAÍZES TEÓRICAS (SÉCULO XX)

JOHN DEWEY (1859-1952)

A preocupação com a integração entre aspectos cognitivos, emocionais e sociais na educação remonta às contribuições de John Dewey, filósofo e pedagogo cujo legado redefine o papel da escola no início do século XX. Em *Democracia e Educação* (1916), Dewey argumenta que a educação não deve limitar-se à transmissão de conhecimentos técnicos, mas sim preparar o indivíduo para a vida em sociedade, desenvolvendo habilidades como cooperação, pensamento crítico e autoconhecimento. Para ele, a escola é um microcosmo da democracia, onde os alunos aprendem a resolver conflitos, expressar emoções e construir relações éticas — fundamentos que antecipam a noção moderna de competências socioemocionais (Dewey, 1916). Como destaca Noddings (2005), Dewey via a educação como um processo contínuo de “reconstrução da experiência”, no qual o desenvolvimento emocional e social é tão vital quanto o intelectual, uma perspectiva que influenciou movimentos pedagógicos posteriores.

A relevância de Dewey para a educação socioemocional reside em sua crítica ao modelo tradicional, que fragmentava o sujeito em dimensões dissociadas. Em *Vida e Educação* (1938), ele defende que a aprendizagem significativa ocorre quando há equilíbrio entre desafios intelectuais e apoio emocional, permitindo ao aluno lidar com frustrações e construir resiliência. Essa visão ecoa em estudos contemporâneos, como os de Elias et al. (1997), que identificam na abordagem deweyana a base para programas de Social and Emotional Learning (SEL), nos quais a escola se torna espaço de acolhimento e desenvolvimento integral. Assim, Dewey não apenas antecipou debates atuais, mas forneceu um arcabouço filosófico para entender por que a educação socioemocional é indispensável à formação humana.

MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA (DÉCADAS DE 1920-30)

O Movimento da Escola Nova, surgido no contexto de críticas ao ensino tradicional no início do século XX, revolucionou a pedagogia ao colocar o aluno no centro do processo educativo. Teóricos como Ovide Decroly e Maria Montessori defenderam que a escola deveria respeitar os ritmos individuais e estimular a autonomia, priorizando a experiência prática e as interações sociais. Decroly, em *A Função da Globalização* (1929), propôs que atividades coletivas e projetos interdisciplinares fossem usados para desenvolver não apenas habilidades cognitivas, mas também emocionais, como empatia e cooperação. Já Montessori, em *A Criança* (1936), enfatizou a importância de ambientes preparados para promover autoconfiança e autorregulação, princípios que hoje são pilares da educação socioemocional (Montserrat, 2008).

A Escola Nova também inovou ao reconhecer as emoções como catalisadoras da aprendizagem. Para Adolphe Ferrière, um de seus principais idealizadores, a escola deveria ser um “laboratório de vida”, onde as crianças aprendessem a gerir conflitos e expressar sentimentos de forma assertiva (Ferrière, 1922). Essa visão foi concretizada em metodologias como as Escolas Ativas, que substituíam aulas expositivas por dinâmicas grupais e jogos cooperativos — estratégias semelhantes às adotadas em programas modernos de habilidades sociais, como o Sistema de Habilidades Sociais de Del Prette e Del Prette (2001). Segundo Carvalho (2017), o movimento pavimentou o

caminho para a valorização da subjetividade na educação, embora sua implementação tenha esbarrado em resistências culturais e estruturais, especialmente em sistemas públicos.

Apesar dos desafios, o legado da Escola Nova permanece vivo. Sua ênfase na educação integral inspirou políticas contemporâneas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que integra competências socioemocionais ao currículo escolar (Brasil, 2017). Além disso, estudos como os de Hernández (2010) demonstram que escolas que adotam princípios da pedagogia ativa — como protagonismo estudantil e trabalho colaborativo — apresentam menores índices de bullying e maior engajamento acadêmico. Assim, o movimento não apenas antecipou demandas do século XXI, mas forneceu ferramentas concretas para transformar a escola em um espaço de desenvolvimento humano pleno.

HOWARD GARDNER (DÉCADA DE 1980)

Na década de 1980, a teoria das **Múltiplas Inteligências**, proposta pelo psicólogo Howard Gardner, redefiniu o entendimento sobre capacidade humana, ampliando o foco além do QI. Em *Frames of Mind* (1983), Gardner identifica oito inteligências, entre elas a **intrapessoal** (autoconhecimento, gestão emocional) e a **interpessoal** (empatia, habilidades sociais), que se tornaram centrais para a educação socioemocional. Ao argumentar que cada indivíduo possui um perfil único de inteligências, Gardner desafia a padronização do ensino e defende currículos que valorizem diversidades cognitivas e emocionais (Gardner, 1995). Essa abordagem influenciou programas como o SEL (Casel, 1994), que integram o desenvolvimento das inteligências socioemocionais às práticas pedagógicas.

A contribuição de Gardner ganhou relevância no Brasil através de adaptações como a BNCC, que incorpora competências como “autoconhecimento” e “empatia” (Brasil, 2017). Pesquisadores como Antunes (2009) destacam que a teoria das Múltiplas Inteligências oferece um modelo inclusivo, permitindo que escolas identifiquem e fortaleçam habilidades emocionais em alunos marginalizados pelo sistema tradicional. No entanto, críticos como Sternberg (2003) alertam para o risco de fragmentação

excessiva, defendendo que as inteligências devem ser trabalhadas de forma integrada. Apesar disso, o legado de Gardner permanece fundamental para compreender por que a educação socioemocional não é um “acréscimo” ao currículo, mas sim uma dimensão intrínseca à formação humana.

FORMALIZAÇÃO DO CONCEITO (DÉCADA DE 1990)

DANIEL GOLEMAN (1995)

A década de 1990 marcou um divisor de águas na educação socioemocional com a publicação de *Inteligência Emocional*, obra em que Daniel Goleman popularizou o termo ao argumentar que habilidades como autogestão, empatia e resiliência são tão cruciais quanto o QI para o sucesso pessoal e profissional. Goleman baseou-se em pesquisas de Peter Salovey e John Mayer, que haviam cunhado o conceito em 1990, mas ampliou seu escopo ao relacioná-lo diretamente à educação. Ele defendeu que escolas deveriam priorizar o desenvolvimento emocional desde a infância, pois crianças capazes de reconhecer e regular emoções apresentam maior engajamento acadêmico e menores índices de comportamentos disruptivos (Goleman, 1995). Essa perspectiva revolucionou a pedagogia ao legitimar, em escala global, a ideia de que a inteligência emocional não é um traço inato, mas uma competência passível de ser ensinada e aprimorada.

A contribuição de Goleman ganhou respaldo empírico através de estudos como os de Brackett e Rivers (2014), que demonstraram que programas baseados em inteligência emocional elevam em 11% o desempenho em matemática e leitura, além de reduzirem conflitos interpessoais. No Brasil, Antunes (2001) adaptou esses princípios ao contexto local, destacando que escolas que integram atividades de autoconhecimento e empatia ao currículo observam melhorias na autoestima dos alunos e no clima escolar. Contudo, críticos como Locke (2005) alertaram para o risco de reduzir a complexidade das emoções a “habilidades treináveis”, minimizando fatores estruturais como desigualdade social. Apesar das controvérsias, o legado de Goleman permanece incontestável: ele transformou a educação socioemocional em uma pauta global, influenciando políticas públicas e práticas pedagógicas.

Atualmente, a inteligência emocional é um pilar de programas como o Socioemotional Learning (SEL), e seu impacto é reconhecido por organizações como a UNESCO, que a incluiu entre as competências essenciais para o século XXI (UNESCO, 2016). Escolas ao redor do mundo adotaram estratégias inspiradas em Goleman, como diários emocionais e círculos de conversa, evidenciando que sua obra não apenas teorizou, mas operacionalizou a integração entre cognição e emoção na educação.

CRIAÇÃO DO CASEL (1994)

Em 1994, a fundação do Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning (CASEL) nos Estados Unidos, por Roger Weissberg e Maurice Elias, institucionalizou a educação socioemocional como um campo de pesquisa e prática pedagógica. O CASEL estruturou o Social and Emotional Learning (SEL) em cinco competências-chave: autoconhecimento, autogestão, consciência social, habilidades relacionais e tomada de decisão responsável (Weissberg et al., 2015). Essas diretrizes, baseadas em evidências de que habilidades socioemocionais predizem sucesso acadêmico e profissional, tornaram-se referência para escolas e governos, estabelecendo um marco na transição de iniciativas isoladas para políticas sistêmicas.

A metodologia do CASEL foi validada por meta-análises como a de Durlak et al. (2011), que analisou 213 programas de SEL e constatou um aumento médio de 11% no desempenho acadêmico e redução de 10% em problemas comportamentais. No Brasil, o trabalho do casal Del Prette (2001) alinhou-se a essa abordagem ao desenvolver o Sistema de Habilidades Sociais (SHS), adaptando as competências do SEL a contextos educacionais nacionais. Programas como o Semente (2016), inspirados no CASEL, demonstraram que a formação de professores em práticas socioemocionais eleva a qualidade das interações em sala de aula e fortalece o vínculo entre escola e comunidade (Tavares, 2018).

A influência do CASEL extrapolou fronteiras: em 2021, 27 países haviam adotado suas diretrizes em políticas públicas (OECD, 2021). No entanto, desafios persistem, como a falta de recursos para capacitação docente e a resistência a mudanças curriculares. Apesar disso, o CASEL consolidou-se como a principal autoridade global em SEL,

provando que a educação socioemocional não é um modismo, mas uma necessidade urgente para formar cidadãos capazes de navegar em um mundo complexo e interdependente.

PROGRAMAS PIONEIROS

PATHS (PROMOTING ALTERNATIVE THINKING STRATEGIES)

Desenvolvido por Mark Greenberg na década de 1980, o programa **PATHS** emergiu como um dos primeiros currículos sistemáticos a integrar habilidades socioemocionais no cotidiano escolar nos Estados Unidos. Baseado na teoria do desenvolvimento socioemocional de Greenberg, o PATHS visa fortalecer a autorregulação emocional, a empatia e a resolução de problemas através de atividades estruturadas, como role-playing e discussões guiadas. Um dos componentes centrais do programa é a “Técnica da Tartaruga”, que ensina crianças a pausar e refletir antes de reagir a conflitos, estratégia que demonstrou reduzir comportamentos impulsivos em 30% em escolas de alto risco social (Greenberg et al., 1995). Além disso, o currículo inclui módulos sobre identificação de emoções e comunicação assertiva, alinhando-se às diretrizes posteriores do CASEL para o Social and Emotional Learning (SEL).

Estudos longitudinais evidenciaram a eficácia do PATHS em contextos diversos. Pesquisas conduzidas por Domitrovich et al. (2007) em escolas urbanas mostraram que alunos expostos ao programa tiveram melhoria de 20% em testes de leitura e matemática, além de maior cooperação em atividades grupais. No Brasil, adaptações do modelo, como o **Caminhos para o Futuro** (2018), aplicado em escolas públicas de São Paulo, replicaram esses resultados, reduzindo índices de bullying em 25% (SILVA et al., 2020). Apesar dos desafios de implementação — como a necessidade de formação continuada de professores —, o PATHS consolidou-se como referência ao demonstrar que intervenções precoces em habilidades socioemocionais têm efeitos duradouros no desenvolvimento infantil.

SECOND STEP (1987)

Criado em 1987 pelo Committee for Children, o **Second Step** tornou-se um marco na educação socioemocional ao focar explicitamente em empatia, resolução de conflitos e prevenção de violência. O programa foi pioneiro ao utilizar recursos multimídia, como vídeos e cartazes interativos, para engajar alunos do ensino fundamental em atividades práticas. Seu currículo estruturado em módulos — como “Reconhecendo Emoções” e “Tomada de Decisão Ética” — permitiu que escolas adaptassem o conteúdo às necessidades específicas de cada faixa etária, uma inovação na época (Mcmahon et al., 2000). Pesquisas iniciais em Seattle revelaram que turmas participantes do Second Step tiveram redução de 40% em comportamentos agressivos, comparadas a grupos controle (Grossman et al., 1997), resultados que impulsionaram sua adoção nacional.

A escalabilidade do Second Step foi um dos fatores de seu sucesso. Ao longo dos anos 1990, o programa expandiu-se para mais de 30 mil escolas nos EUA, incorporando feedbacks de educadores para incluir temas como cyberbullying e diversidade cultural (Frey et al., 2005). No contexto brasileiro, experiências como o Segundo Passo (2015), implementado em escolas do Rio de Janeiro, mostraram que a metodologia pode ser adaptada a realidades locais, com ênfase em mediação de conflitos e inclusão social (Ribeiro, 2017). Críticos, contudo, apontam que a eficácia depende da integração do programa ao projeto político-pedagógico das escolas, evitando abordagens fragmentadas (Durlak, 2016). Ainda assim, o Second Step permanece como um modelo de como intervenções socioemocionais podem combinar rigor teórico e aplicabilidade prática.

EXPANSÃO GLOBAL (SÉCULO XXI)

OCDE (2015)

Em 2015, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou o relatório *Skills for Social Progress*, reconhecendo oficialmente as competências socioemocionais como pilares para o desenvolvimento humano e econômico no século XXI. O documento argumenta que habilidades como colaboração, resiliência e empatia são críticas para enfrentar desafios complexos, como desigualdade e automatização do trabalho, posicionando-as ao lado de competências cognitivas

tradicionais (OECD, 2015). Essa mudança de paradigma influenciou políticas públicas em países membros, como Canadá e Singapura, que integraram avaliações de habilidades socioemocionais em seus sistemas educacionais. Estudos como os de Heckman e Kautz (2012) já haviam demonstrado que investimentos em educação socioemocional geram retornos econômicos de longo prazo, reduzindo custos com saúde e criminalidade, o que reforçou a legitimidade das diretrizes da OCDE.

A adoção dessas recomendações foi acompanhada por iniciativas como o Programme for International Student Assessment (PISA), que, a partir de 2017, passou a medir competências como “capacidade de colaborar” e “resolução de problemas em equipe” (OECD, 2018). No entanto, críticos como Biesta (2015) alertam para o risco de instrumentalização das emoções, transformando-as em métricas a serviço de produtividade. Apesar disso, o relatório da OCDE consolidou um consenso global: a educação do século XXI exige equilíbrio entre cognição e socioemocionalidade, preparando indivíduos não apenas para o mercado, mas para a cidadania ativa.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC – BRASIL, 2017)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada no Brasil em 2017, representou um marco ao incluir competências socioemocionais como “autogestão”, “empatia” e “cooperação” entre os objetivos obrigatórios da educação básica. Inspirada em modelos como o Social and Emotional Learning (Casel, 1994) e no trabalho do casal Del Prette, a BNCC reconhece que o desenvolvimento integral dos alunos depende da integração entre aspectos cognitivos e emocionais (Brasil, 2017). Essa abordagem reflete décadas de pesquisas nacionais, como as de Del Prette e Del Prette (2001), que evidenciaram a correlação entre habilidades sociais e desempenho acadêmico em contextos de vulnerabilidade. Escolas públicas de estados como Ceará e São Paulo passaram a adotar programas como o **Semente e o Líder em Mim**, alinhados às diretrizes da BNCC, com resultados promissores na redução da evasão escolar (Tavares, 2020).

Apesar dos avanços, a implementação da BNCC enfrenta desafios estruturais. Pesquisas de Libâneo e Alves (2019) apontam que 60% dos professores brasileiros não receberam formação adequada para trabalhar competências socioemocionais, limitando a

efetividade das políticas. Além disso, há resistência de setores conservadores, que veem a educação emocional como “doutrinação” (Cury, 2018). Contudo, iniciativas como o **Projeto Acolhimento** em Cascavel (PR), baseado no Sistema de Habilidades Sociais de Del Prette e Del Prette (2001), demonstram que a integração entre teoria e prática é viável. Ao adaptar a BNCC às realidades locais, essas experiências evidenciam que a educação socioemocional não é um luxo, mas uma necessidade urgente para construir escolas mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS-CHAVE NO BRASIL

CASAL DEL PRETTE (DÉCADA DE 1990)

Zilda Aparecida Pereira Del Prette e Almir Del Prette consolidaram-se como pioneiros na educação socioemocional no Brasil ao desenvolverem o **Sistema de Habilidades Sociais (SHS)**, um marco teórico-prático que integra comunicação, cooperação e resiliência ao currícul escolar. Sua obra *Competência Social e Habilidades Sociais* (2001) estabeleceu diretrizes para intervenções pedagógicas baseadas em evidências, destacando que habilidades como escuta ativa e assertividade são fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos. O SHS foi aplicado inicialmente em escolas públicas de São Paulo, onde pesquisas demonstraram redução de 35% em conflitos interpessoais e aumento de 20% na participação em atividades colaborativas (Del Prette; Del Prette, 2005). Essa abordagem não apenas influenciou a formação de professores, mas também embasou políticas públicas, como a inclusão de competências socioemocionais na BNCC.

A relevância do casal Del Prette reside na adaptação de teorias internacionais ao contexto brasileiro, considerando desafios como desigualdade social e diversidade cultural. Em *Habilidades Sociais e Educação* (2021), eles argumentam que escolas devem funcionar como “laboratórios de convivência”, onde alunos aprendem a negociar diferenças e gerenciar emoções em cenários reais. Programas como o **Projeto Conviver**, implementado em Cascavel (PR), utilizaram o SHS para reduzir índices de bullying em 40%, além de melhorar o clima escolar (Souza et al., 2022). Esses resultados reforçam a tese de que habilidades sociais não são acessórias, mas requisitos para uma educação

democrática e inclusiva.

Além do impacto prático, o legado teórico do casal Del Prette redefine o papel da escola na sociedade. Ao defender que a educação socioemocional deve ser **transversal** e **contínua**, eles inspiraram iniciativas como o Programa de Mediação de Conflitos Escolares do MEC (2020), que capacita estudantes como mediadores, aplicando técnicas do SHS. Suas contribuições também ecoam em pesquisas contemporâneas, como as de Tavares (2019), que comprovam que alunos com maior repertório socioemocional têm 30% mais chances de ingressar no ensino superior. Assim, o trabalho do casal Del Prette não apenas preencheu lacunas na literatura, mas transformou-se em um farol para a educação brasileira no século XXI.

PROGRAMA SEMENTE (2016)

Inspirado no Social and Emotional Learning (SEL) do CASEL, o **Programa Semente** emergiu em 2016 como uma das primeiras iniciativas sistêmicas a integrar educação emocional ao currículo de escolas públicas e particulares brasileiras. Desenvolvido por Eduardo Calbucci e outros educadores, o programa estrutura-se em quatro eixos: autoconhecimento, autocontrole, empatia e tomada de decisão, utilizando metodologias ativas como debates e dinâmicas de grupo. Estudos em escolas do Ceará mostraram que turmas participantes tiveram aumento de 15% nas notas de português e redução de 25% em suspensões por indisciplina (Calbucci et al., 2018). Esses resultados alinham-se às metas da BNCC, que prioriza competências como “autogestão” e “responsabilidade social”.

Apesar do sucesso, o Programa Semente enfrenta desafios, como a falta de recursos para capacitação docente em regiões periféricas. Pesquisas de Oliveira (2020) apontam que 40% das escolas públicas parceiras relataram dificuldades em manter atividades socioemocionais devido à rotatividade de professores. Contudo, experiências como a da Escola Municipal de Sobral (CE) demonstram que, com apoio institucional, o programa pode ser adaptado a realidades locais, promovendo até mesmo a integração entre família e escola (Silveira, 2021). Ao traduzir teorias globais para o contexto nacional, o Semente prova que a educação socioemocional é viável e urgente,

especialmente em um país marcado por profundas disparidades sociais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a revisão evidenciou que a educação socioemocional não é um fenômeno recente, mas resultado de um acúmulo teórico e prático que remonta ao século XX. No Brasil, sua relevância é ainda mais crítica: em um cenário marcado por altos índices de evasão escolar, violência e desigualdade, programas como o SHS e a BNCC representam avanços significativos. Contudo, persistem desafios, como a carência de formação docente e resistências ideológicas, que limitam a efetividade das políticas.

Desse modo, embora a preocupação com o desenvolvimento socioemocional seja antiga, sua sistematização como política educacional começou nos anos 1990, liderada pelo CASEL nos EUA. No Brasil, o trabalho do casal Del Prette e a BNCC consolidaram essa abordagem, transformando-a em uma prioridade pedagógica contemporânea.

Portanto, o estudo evidenciou que o trabalho do casal Del Prette se destaca como referência nacional, ao adaptar teorias globais a realidades locais e demonstrar que habilidades como comunicação assertiva e resiliência são catalisadoras de equidade. Em um país onde 40% dos jovens abandonam o ensino médio (INEP, 2022), investir em socioemocionalidade é mais que uma estratégia pedagógica — é um compromisso com a dignidade humana. Futuras pesquisas devem focar na avaliação de impacto de programas locais e na articulação entre escola, família e comunidade, assegurando que a educação socioemocional não seja um discurso, mas uma prática transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALBALADEJO, Pilar Sanchez. Dominando a escuta ativa: habilidades do futuro. 1 ed. para Kindle, 2023.
- ANTUNES, Celso. Inteligências Múltiplas e seus Jogos. Vozes, 2009. BIESTA, G. Good Education in an Age of Measurement. Routledge, 2015.
- BRACKETT, M.; RIVERS, S. Emotional Intelligence: Implications for Personal, Social, Academic, and Workplace Success. Social and Personality Psychology Compass, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília:

MEC, 2017.

CALBUCCI, E. et al. Programa Semente: Metodologia e Resultados. Editora Moderna, 2018.

CARVALHO, M. Escola Nova: Utopia e Realidade. Cortez, 2017.

CURY, C. R. J. BNCC e a Ideologização da Educação. Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018.

DEWEY, J. Democracia e Educação. Companhia Editora Nacional, 1916.

DOMITROVICH, C. et al. Head Start REDI: Sustained effects on developmental trajectories of social-emotional functioning. Child Development, 2007.

DURLAC, J. A. Program implementation in social and emotional learning: Basic issues and research findings. CASEL, 2016.

DURLAC, J. A. et al. The Impact of Enhancing Students' Social and Emotional Learning. Child Development, 2011.

ELIAS, M. J. et al. Promoting Social and Emotional Learning: Guidelines for Educators. ASCD, 1997.

FERRIÈRE, A. A Escola Ativa. Editora do Brasil, 1922.

FREY, K. S. et al. Second Step: Preventing aggression by promoting social competence. Journal of Emotional and Behavioral Disorders, 2005.

GARDNER, H. Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences. Basic Books, 1983.

GOLEMAN, D. Inteligência Emocional. Objetiva, 1995.

GREENBERG, M. T. et al. Promoting emotional competence in school-aged children: The effects of the PATHS curriculum. Development and Psychopathology, 1995.

GROSSMAN, D. C. et al. Effectiveness of a violence prevention curriculum among children in elementary school. 1997.

HECKMAN, J.; KAUTZ, T. Hard Evidence on Soft Skills. Labour Economics, 2012.

LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. A Implementação da BNCC: Desafios e Perspectivas. 2019.

LOPES, A. M.; SANTOS, M. T.; LIMA, V. M. Acolhimento escolar: Desafios e práticas na promoção da educação inclusiva. Revista Educação e Emancipação, v. 17, n. 1, 2020.

MONTSERRAT, M. Maria Montessori: Uma Revolução na Educação. Paz e Terra, 2008.

NODDINGS, N. Educação e Filosofia da Educação. Artmed, 2005.

OECD. Beyond Academic Learning: First Results from the Survey of Social and Emotional Skills. 2021.

OECD. Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills. OECD Publishing, 2015.

OLIVEIRA, R. Desafios na Implementação de Programas Socioemocionais em Escolas Públicas. 2020.

PRETTE, A. D.; PRETTE, Z. A. P. D. Competência Social e Habilidades Sociais: Manual teórico-prático. Vozes, 2001.

PRETTE, Z. A. P. D.; PRETTE, A. D. Habilidades Sociais e Educação: Pesquisa e Práticas em diferentes contextos. Editora Pedagógica, 2021.

SARMENTO, M. Acolhimento na educação: Uma abordagem inclusiva. Editora Pedagógica e Universitária, 2016.

SOUZA, L. et al. Projeto Conviver: Impactos do SHS na redução do bullying escolar. 2022.

TAVARES, R. Formação Docente e Educação Socioemocional. Penso, 2019.

UNESCO. Educação para o Século XXI: Competências Socioemocionais. UNESCO, 2016.

WEISSBERG, R. et al. Handbook of Social and Emotional Learning. Guilford Press, 2015.